

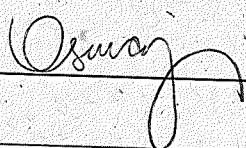


**Governo do Estado de Minas Gerais**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha**  
**Diretoria Regional de Controle Processual**  
**Núcleo de Autos de Infração**

**PARECER ÚNICO**

<b>Auto de Infração:</b> 31695/2016		<b>PA COPAM:</b> 480531/2017
<b>Embasamento Legal:</b> Lei Estadual 20.922/2013 e artigo 83, anexo I, código 115 - Decreto 44.844/08		

<b>Autuado:</b> Vale do Anjo Transporte Extração e Comércio de Areia Ltda	<b>CPF/CNPJ:</b> 12.163.162/0001-20
<b>Município:</b> Rio Vermelho/MG	<b>Zona:</b>
<b>Bacia Federal:</b>	<b>Bacia Estadual:</b>
<b>Auto de Fiscalização nº</b>	<b>Data:</b> 22/04/2019

Equipe Interdisciplinar	MASP	Assinatura
Oswaldo Neves Machado Junior Gestor Ambiental SUPRAM – Jequitinhonha	1.364.198-0	



**Governo do Estado de Minas Gerais**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha**  
**Diretoria Regional de Controle Processual**  
**Núcleo de Autos de Infração**

**EMENTA: FUNCIONAR SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL  
DE FUNCIONAMENTO, CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE  
POLUIÇÃO OU DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.**

**I – Relatório:**

A empresa **Vale do Anjo Transportes Extração e Comércio de Areia Ltda-ME** foi autuada em 28/06/2016, conforme Auto de infração nº 031695/2016 por: **“Funcionar atividade de extração de areia e cascalho para uso imediato em construção civil, cuja**

Diretoria de Controle Processual/Núcleo de Autos de Infração  
Avenida da Saudade 335, centro, Diamantina/MG – CEP: 39100-000

Tel.: (38) 3532-6665



**Governo do Estado de Minas Gerais**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha**  
**Diretoria Regional de Controle Processual**  
**Núcleo de Autos de Infração**

**produção bruta > 30.000 m<sup>3</sup>/ano, sem licença ambiental, com degradação ambiental inerente a atividade** ” Pela infração cometida foi aplicada as penalidades de multa simples no valor de R\$ 33.230,89 (trinta e três mil, duzentos e trinta reais e oitenta e nove centavos), e suspensão das atividades no local da infração.

Foi apresentada defesa tempestiva pela parte autuada, com decisão proferida pelo Superintendente Regional, em 07/11/2018, nos termos do art. 54 do Decreto nº 47042/2016, na qual se confirmaram as recomendações do Parecer Técnico de manutenção das penalidades aplicadas no auto de infração, quais sejam:

- Seja conhecida a defesa apresentada pela Autuada, haja vista que tempestiva, nos termos do artigo 33 do Decreto nº 44.844, de 2008, e uma vez que foram respeitados os requisitos estabelecidos pelo art. 34 do Decreto nº 44.844, de 2008;
- Não acolher os argumentos apresentados pela Autuada em sua defesa, face à ausência de fundamentos de fato e de direito que justificassem o acolhimento das argumentações apresentadas;
- Manter a penalidade de multa simples no valor de R\$ 33.230,89 (trinta e três mil, duzentos e trinta reais e oitenta e nove centavos);
- Manter a penalidade de suspensão das atividades no local da infração.

Inconformado com a decisão que julgou parcialmente procedentes as alegações da defesa, o recorrente protocolizou tempestivamente em 14/12/2018 recurso administrativo, nos termos do art. 43 do Decreto 44844/08, no qual se requer, ao final, o provimento das alegações para julgar insubsistente o auto de infração.

É o relatório.

**Análise**





**Governo do Estado de Minas Gerais**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha**  
**Diretoria Regional de Controle Processual**  
**Núcleo de Autos de Infração**

Em que pesem as alegações/argumentações apresentadas no presente recurso, elas não merecem prosperar, visto que o Auto de Infração lavrado observou estritamente as disposições legais previstas no Decreto Estadual nº 44.844, de 2008.

Improcede a alegação de que a atividade estaria acobertada por ato autorizativo válido do órgão ambiental competente, no caso, a AAF nº 03357/2011, vez que a mesma estava vencida, desde o dia 22/08/2015, quando da realização da fiscalização da Polícia Militar Ambiental ocorrida no dia 28/06/2016. Portanto, é a recorrente parte legítima para figurar passivo do Auto de Infração em referência, por estar exercendo atividade minerária sem a devida licença ambiental.

Nota-se claramente, que a autuação e consequente lavratura do Auto de Infração em tela, teve como subsídio o Boletim de Ocorrência nº M7094-2016-0253114, e não Auto de Fiscalização (que é lavrado por servidor credenciado do órgão ambiental- IEF/SEMAD/IGAM/FEAM), tendo o mesmo sido entregue conjuntamente com o Auto de Infração em evidência no dia 28/06/2016, conforme expressamente consta do referido BO.

Ao contrário do que afirma a autuada, o Auto de Infração nº 031695/2016 foi lavrado com atendimento aos requisitos de validade previstos no art.31 do Decreto Estadual nº 44.844, de 2008. Nota-se claramente, no Auto de Infração em discussão, a informação quanto ao prazo de 20 (vinte) dias para pagamento da multa ou apresentação de defesa. Quanto as circunstâncias agravantes e atenuantes, estas, devem ser aferidas no caso concreto pelo agente autuante no momento da aplicação das penalidades, e caso, não demonstrado ou comprovadas estas circunstâncias, não serão aplicadas ao auto de infração lavrado.

No que concerne à aplicação das atenuantes previstas no art. 68, inciso I, alíneas “c”, “d”, “e”, “f”, e “j”, há de se ressaltar que foram meramente citadas na defesa, sem uma contextualização fático-jurídica de sua eventual aplicabilidade ao caso em questão, o que já importaria no seu afastamento, posto que todos os pedidos devem ser formulados com a exposição de seus fundamentos (art. 34, §2º, do Decreto Estadual nº 44.844, de 2008) e devidamente demonstrados, o que não ocorreu no caso em tela. A simples alegação não basta para a incidência da norma.

### **Conclusão.**

Considerando o exposto, remete-se o presente recurso para apreciação pela autoridade competente, recomendando-se:

Diretoria de Controle Processual/Núcleo de Autos de Infração  
Avenida da Saudade 335, centro, Diamantina/MG – CEP: 39100-000

Tel.: (38) 3532-6665



**Governo do Estado de Minas Gerais**

**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

**Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha**

**Diretoria Regional de Controle Processual**


**Núcleo de Autos de Infração**

- Seja conhecido o recurso apresentado pelo Recorrente, haja vista que tempestivo, nos termos do artigo 33 do Decreto nº 44.844, de 2008, e uma vez que foram respeitados os requisitos estabelecidos pelo art. 34 do Decreto nº 44.844, de 2008;
- Não acolher os argumentos apresentados pelo Recorrente em seu recurso, face à ausência de fundamentos de fato e de direito que justificassem o acolhimento das argumentações apresentadas
- Manter a penalidade de multa simples no valor de R\$ 33.230,89 (trinta e três mil duzentos e trinta reais e oitenta e nove centavos);
- Manter a penalidade de suspensão das atividades nos locais da autuação.

É o parecer, s.m.j.

Remeta-se o presente processo administrativo à autoridade competente a fim de que aprecie o presente parecer.

Após decisão administrativa definitiva da URC, o Empreendedor deverá ser notificado para recolher o valor da multa no prazo de 20 (vinte) dias, conforme estabelece o artigo 48 §1º do Dec. 44.844/08, sob pena de inscrição em dívida ativa.

  
Oswaldo Neves Machado Junior  
Gestor Ambiental  
SUPRAM Jequitinhonha

